



IV SIMPÓSIO LUSOBRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA

IV Simpósio Lusobrasileiro de Cartografia Histórica

Porto, 9 a 12 de Novembro de 2011

ISBN 978-972-8932-88-6

Tânia Beisl Ramos - taniaramos@fa.utl.pt

Arquiteta, Investigadora CIAUD / Faculdade de Arquitetura da UTL.

Registo da transferência da capital do Brasil da 'colónia' aos 'anos dourados': discursos, projetos e plantas

Resumo

O processo de idealização, construção e transferência da capital para o interior do Brasil integra uma linha contínua da história e envolve diversos atores responsáveis por decisões cujos efeitos abrangem espaços geográficos distantes. A sua análise exige um olhar dilatado capaz de relacionar os desdobramentos que, tendo origem em períodos temporais espaçados ao longo de séculos, estão acessíveis por meio de registos documentais que persistiram no tempo. Discursos, projetos e plantas foram concretizados e incorporados à história dando origem aos assentamentos urbanos fundados desde o período das 'navegações'. Séculos depois o Brasil viria assumir o seu papel de Nação. O artigo propõe uma leitura sobre o percurso de interiorização da capital brasileira por meio da sobreposição de áreas disciplinares – da história, da arquitectura e urbanismo e das ciências sociais. O estudo consiste em observar o modo como um objectivo comum – o da interiorização da capital -, foi conduzido por diferentes atores segundo diferentes atos políticos e soluções urbanísticas durante um longo período de tempo. Os vínculos estabelecidos produziram efeitos persistentes que permitem identificar heranças culturais partilhadas em espaços geográficos tão longínquos como são Portugal e o Brasil.

Palavras-chave: Brasília, registos, mudança, atos políticos, conexões sociais.

Abstract

The process of envisioning, building and transfer of capital to the interior of Brazil is part of a continuous line of history and involves various actors responsible for decisions in distant geographic areas. Their analysis requires a look dilated able to relate the developments that have originated in spaced time periods over the centuries, are accessible through documentary records that have persisted over time. Speeches, designs and plans were implemented and incorporated into the story giving rise to urban settlements founded since the period of 'navigations'. Centuries later Brazil would take over the nation. The article proposes a reading on the route of internalization of the Brazilian capital by means of overlapping disciplines - history, architecture and urbanism and social sciences. The study is to observe how a common goal - the internalization of the capital - was conducted by different actors with different interests through political acts and urban solutions for a long period of time. The links established continuing effects produced identifying shared cultural heritage in geographic areas are as far away as Portugal and Brazil.

Key-words: Brasilia, records, change, political events, social connections.

Expandir o tempo presente – passado e futuro

Fernand Braudel (1978) refere o tempo de longa duração como aquele que situa a história num extenso prazo e que restabelece a globalidade dos acontecimentos locais tendo como suporte a interdisciplinaridade. A reconstituição do processo que culminou com a construção de Brasília se insere neste cenário alargado, proposto pelo autor. Cenário onde factos individuais influenciam os acontecimentos em escalas mais amplas – social, temporal e geográfica. Registrar o processo que culminou com a construção da capital do Brasil é tarefa complexa que exige resgatar e sistematizar tempos passados com base na documentação existente no tempo presente. Na perspetiva sociológica, proposta pelo autor, as fronteiras das relações parcelares esbatem-se e o presente se expande, para trás e para frente, para o passado e para o futuro, e o tempo assume uma orientação de longa duração (BRAUDEL, 1978). A construção de critérios para resgatar a memória no contexto de longa duração apoia-se na identificação de objetivos comuns transmitidos ao longo dos vários períodos temporais. O modo de descrever a estruturação destes objetivos é feito por meio de vínculos que permaneceram no tempo. Acontecimentos e decisões tomadas há tempos permanecem atuais.

Discursos, projetos e plantas

Desde o Brasil colónia até meados do século XX registam-se discursos e desenvolvem-se projetos e plantas com a intenção de concretizar a transferência da capital para o interior do território. O desenvolvimento do tema irá apoiar-se em teorias e iniciativas de demarcação de limites geográficos e de conhecimento do território. Os discursos tornam-se complexos e ocorrem numa esfera restrita apoiando iniciativas que, se ora são diretas, ora não são claras mas apenas indicativas da intenção. A Corte portuguesa irá referir o assunto, porém, a sua presença na colónia assume um carácter desenvolvimentista local. No Império a interiorização da capital terá alguns defensores e um entusiasta cujos trabalhos de expedição ao interior do território por iniciativa própria ganha relevância. A partir da República novas propostas serão frequentemente defendidas em discursos parlamentares. Alguns deles, inflamados, apoiam-se em projetos de interação social com base nas dinâmicas culturais. Outros apostam na tentativa de diminuição de distâncias geográficas. Alguns destes discursos serão mesmo formalizados por meio traçados urbanos. Cada novo projeto traz consigo novos modos de organização social. E nos planos propostos, ainda antes do concurso que viria a escolher o *Plano Piloto* em 1956-1957, estão documentadas soluções urbanísticas que refletem o interesse no tema, seja na esfera académica como o plano de Carmem Portinho em 1936, seja fora dela, no contexto profissional/pessoal como são os planos de Theodoro Almeida, Jalles Machado e João Matos Pimenta, seja ainda por encomenda como foi o caso do plano de 1953-55 da autoria de Raul Pena Firme, Roberto Lacombe e José de Oliveira Reis.

São Salvador da Baía de Todos os Santos, São Sebastião do Rio de Janeiro e Brasília

A transferência da capital do Brasil para o interior do território vem na sequência de mudanças anteriores do local geográfico de representação da capitalidade, com escalas e com graus de concretização diferenciados. A primeira remonta à altura da fundação de *São Salvador da Baía de Todos os Santos*. Cabe destacar a relevância

da refundação da cidade, desta vez em local mais protegido, por meio de novas instalações urbanas e fortificadas, além das já existentes, para uma população numericamente significativa, ao ponto de Salvador ser criada com o estatuto de cidade, seguindo planos definidos na metrópole e adaptados à 'cidade baixa' e à 'cidade alta' da topografia local.

Com duas fundações contou também *São Sebastião do Rio de Janeiro*, que em 1567, apenas dois anos depois da primeira fundação, foi transferida e reconstruída no Morro do Castelo em oposição à anterior cidade baixa edificada numa área de praia entre o Morro Cara de Cão e o Pão de Açúcar. O Morro do Castelo voltaria a estar ainda associado a uma nova fundação, mas desta vez de carácter simbólico, que mantém-se a posição geográfica retirando-lhe altura. O desmonte do Morro daria origem à Esplanada do Castelo que, já no século XX, acolhe uma reestruturação urbana e mais tarde espacializa a reforma ministerial de Getúlio Vargas. A cidade do Rio de Janeiro seria eleita Sede do Vice-Reinado do Brasil em 1763, com uma posição estratégica "e mais central que a Bahia (...) entre o cabo de S. Roque à Colónia do Sacramento" conforme refere o Visconde de Porto Seguro (1877: p.8), Figura 1. Mas ainda segundo o autor, o país segue novos rumos e nem Salvador nem o Rio de Janeiro "(...) nem uma nem outra oferecem à nação, apesar de suas aparentes fortificações, as garantias de segurança e de inviolabilidade que ella exige (...)". A transferência da capital era ideia em evolução.

A passagem do testemunho

Desde a fundação de Salvador por D. João III as referências à ideia de mudança da sede do poder para a colónia encontram ecos. A colónia é tida como possível local de refúgio da Corte portuguesa recém-restaurada (1640), mas ela própria era alvo de ataques e por isso sem a segurança necessária para acolher a realeza. No Brasil colónia esteve o Padre Antonio Vieira cujos esforços estiveram centrados na relação entre compromisso político e reestruturação de princípios sociais necessárias para o reforço do governo na colónia (CESAR, 2011). A ideia seria revalidada pelo diplomata Luis Cunha no reinado de D. João V e fortalecida com o envio do padre e matemático Diogo Soares para o registo e conhecimento do território colonial. A iniciativa deve-se à possibilidade de transferência da Corte, e à proximidade à riqueza da colónia. Como diplomata no reinado de D. João V e como Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra no reinado de D. José I, Sebastião de Carvalho, o Marquês de Pombal, conduziria os rumos da colónia e da metrópole na altura do seu apogeu económico. Tal como nas iniciativas anteriores, a área de maior investimento de recursos e construções corresponde ao Estado do Grão-Pará e Maranhão, a Norte. Em sintonia com Lisboa estivera o novo governador do referido Estado, Francisco Xavier Mendonça Furtado, seja por parentesco a Pombal, seja por partilha de estratégias de ocupação do território, onde o poder recorre à cartografia como meio privilegiado (e de acesso restrito) de conhecimento do local, bem como à diplomacia para a troca das informações e reforço de influências políticas. Desta cumplicidade resultou um conjunto de seis dezenas de assentamentos urbanos fundados como modo de promover a fixação da população e a defesa das suas fronteiras (ARAÚJO, 1998). Paralelamente a este percurso fundacional está outro, de desenvolvimento e embelezamento da capital do Estado – Belém -, que mereceu a contratação do arquiteto italiano Antonio Landi (1713-1791) cujas soluções arquitetónicas e construtivas deixam transparecer a sua maleável adaptação ao clima tropical. Tanto investimento ao Norte do

território não impediria, entretanto, que a transferência da capital da colônia recaísse no Rio de Janeiro, cidade localizada de modo equidistante aos limites Norte e Sul da costa, e com melhores condições portuárias para escoamento do ouro das ‘Gerais’ para Portugal. O eixo de maior interesse é deslocado no sentido Sul. Mas é também de Minas Gerais que chega a notícia de revolta da *Inconfidência*. No governo de D. Maria I Tiradentes é morto no Rio de Janeiro, e entre os motivos está a referência à transferência da capital do Brasil para a Cidade de São João Del Rei. A mudança de local integrava um projeto político mais amplo que defendia a separação da metrópole¹. Cerca de duas décadas depois o contexto político altera-se: a colônia acolhe a Corte e passa a ser o centro de decisões e sede do poder. O século XIX traz ainda outros movimentos (in)esperados: a independência do território brasileiro chega pela decisão de um português, e a República tem o apoio de um monárquico – Rui Barbosa. No primeiro episódio D. Pedro I decide a favor do Brasil mas reservando para Portugal a continuidade histórica expressa na permanência de D. Pedro II no território. O Império recebe o primeiro abano por meio de José Bonifácio de Andrada e Silva ao elaborar um projeto político para o Brasil e ao defender a transferência da capital dando a escolher entre “Petrópolis” ou “Brasília”². Ainda no Império verificam-se iniciativas individuais tendo em comum o objectivo da mudança da capital – são discursos parlamentares, viagem ao interior do território e indicação do local de construção de “Imperatória”³, bem como o plano para “Pedrália”⁴. A ideia de transferência e construção de nova cidade associada ao local de poder é reforçada pela construção de cidades capitais de Estado - Teresina⁵, Aracaju⁶ e Belo Horizonte⁷ (1897) na segunda metade de Oitocentos. A última seria construída já na República, à época, repleta de iniciativas tão relevantes quanto foi a Missão Cruls (1892) no levantamento e registo do local de implantação da nova capital “Vera Cruz”, as manifestações políticas, o lançamento da pedra fundamental ou ainda a Exposição de Comemoração do Centenário da Independência (1922) no Rio de Janeiro. Nesta altura surgem dois planos urbanísticos, em 1927 e em 1929. O último da autoria do historiador Theodoro Almeida para “Brasília”. Nesta época há uma interrupção na trilha histórica da mudança da capital. Presente na Constituição Federal de 1891, bem como na de 1934, estará ausente na Carta de 1937 do Estado Novo, voltando a ser referida documentalmente em 1946. Mesmo não apoiando a mudança da sede do poder para o interior, Getúlio Vargas discursa a favor da “Marcha para Oeste” numa posição ambígua que só irá definir-se mais tarde, quando em 1953, como presidente eleito, apoia a primeira de quatro comissões - de levantamento, localização, demarcação e identificação do local destinado à nova capital. Entre planos como o de Carmem Portinho (1936), e o de Jales Machado (1948) e o do grupo Firme, Lacombe e Reis (1955), é elaborado e construído o plano da cidade de Goiânia (1933-37) e já depois da escolha do *Plano Piloto de Brasília* (1957) e da consolidação da capital do país, é construída a cidade de Palmas (1989). Estas conexões, identificadas ao

¹ *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira* (1789-1792).

² Por meio de instruções do Governo Provisório de São Paulo aos deputados às Cortes de Lisboa.

³ De Francisco Adolfo Varnhagen, embaixador brasileiro.

⁴ Plano de Paulo Ferreira Menezes Palmiro.

⁵ Teresina (1852), capital do Piauí, e Aracaju (1856) capital de Sergipe. A primeira teve o apoio da Imperatriz Teresa Cristina junto ao Imperador D. Pedro V, merecendo o nome de Teresina.

⁶ Contrariando a direção de implantação da cidade, Aracaju (1855) é transferida no sentido inverso, do interior para o litoral impulsionada pelas relações de comércio marítimo estabelecidas com as cidades vizinhas.

⁷ Cidade capital do Estado de Minas Gerais, que veio substituir Ouro Preto.

longo deste percurso temporal, envolveram relacionamentos políticos, profissionais e de amizade daqueles que participaram no processo de transferência da capital.

Em busca de um objectivo comum

Na reflexão sobre a construção da cidade de Brasília para representação da capitalidade, verifica-se que o conhecimento existente sobre o tema encontra-se centralizado em campos disciplinares diversos mas complementares: da história, da geografia, da arquitectura e urbanismo. A sobreposição destas áreas permite análises parcelares uma vez que estão inseridas em recortes temporais distintos. A apreciação aqui proposta consiste numa nova sobreposição destas disciplinas à área das ciências sociais, de modo a tornar possível observar os acontecimentos por meio das conexões estabelecidas entre os atores que intervêm neste processo num período de tempo tão alargado como é o caso. O foco consiste em identificar e medir os vínculos entre os atores presentes na rede cujas conexões estão estruturadas ao longo do tempo. Esta sobreposição incide sobre o binómio *espaço-tempo* e regista os movimentos horizontais e sequenciais onde os vínculos dão origem a uma rede de relações entre as pessoas que de algum modo atuaram no processo de mudança da capital. O modo como um ator se relaciona com os demais atores da rede social permite explicar o modo como a rede está organizada.

As reflexões centradas na sobreposição das áreas disciplinares da arquitectura e do urbanismo e as ciências sociais, com base na metodologia da Análise de Redes Sociais – ARS (SCOTT, 2000; WASSERMAN e FAUST, 2006) têm sido desenvolvidas por Ramos e Matos (2009); Matos e Ramos (2010); Ramos (2011a); Ramos (2011b).

Definição de fronteiras

O princípio que define os padrões de relação na rede é a transmissão de um objectivo comum: a transferência da capital, por meio de uma estrutura desenvolvida na horizontalidade e partilhada por diferentes atores ao longo do tempo. Ou seja, as fronteiras da rede não são delimitadas física, geográfica ou temporalmente mas por meio das conexões estabelecidas visando a concretização da mudança da capital, o que faz com que os atores estejam identificados pela sua participação e envolvimento nesta meta. O foco principal consiste em identificar e medir as conexões estabelecidas pelos atores com objectivo comum conectados na rede e analisar os efeitos daí gerados ao longo do tempo.

Estas relações são identificadas e representadas por um grafo dinâmico que permite a inserção de novos dados complementares e é representado por meio de sociogramas com bases matriciais. A medição destas conexões (representadas por arestas uni ou bidireccionadas) permitem identificar os atores (representados por nodos) que assumiram posições específicas na rede quanto à partilha de informações, quanto ao número de conexões e quanto à proximidade entre estes atores. Estas conexões registam as iniciativas na formalização do objectivo a alcançar. São alavancas que impulsionam o rumo dos acontecimentos.

A rede final é composta por cinco redes identificadas segundo datas históricas do Brasil cuja relevância consiste em fundamentar os esforços feitos na concretização do objectivo final segundo contextos políticos distintos.

Foram estruturadas cinco redes sociais isoladas entre si ao longo do tempo: (a) a primeira procurou as conexões baseadas em referências longínquas existentes sobre o assunto. Abrange fundamentalmente os séculos XVII e XVIII; (b) a segunda rede de conexões cobre a fase temporal da chegada da Corte do Brasil até a elevação da colônia à metrópole e à Capital do Reino; (c) a terceira representa o período histórico iniciado com a Independência do Brasil em 1822; (d) a quarta rede apresenta as conexões relacionadas à construção da cidade com a implantação da República em 1889; (e) e a última abrange a primeira metade do século XX culminando na data da inauguração da cidade.

Definidas as fronteiras e identificados os atores e as conexões que compõem a rede, interessa medir estas conexões. Para tal optou-se por concentrar a reflexão nas medidas de centralidade que permitem identificar os atores com maior poder na rede, i.e., aqueles cuja contribuição foi decisiva no processo de mudança da capital para o planalto central. O Quadro 1 resume graficamente o percurso de estruturação das cinco redes individuais (a,b,c,d,e) e a Figura 2 apresenta as cinco redes reunidas mas identificáveis segundo as cores dos nodos ($f = a+b+c+d+e$). As redes são analisadas separadamente incidindo na análise de cada período histórico. E são ainda analisadas em conjunto permitindo identificar os atores que unem redes diferentes, permitindo a passagem de informações entre grupos de redes diferentes.

Apresentação das redes sociais

Para compreender o processo de interiorização da capital do Brasil segundo a análise proposta é necessário inserir a data da inauguração de Brasília no tempo que a antecede. O acontecimento é o culminar de um longo processo histórico que envolveu muitos atores em regimes políticos diversos. O desenvolvimento deste processo formaliza uma estrutura de longa duração onde diferentes cenários correspondem a marcos históricos da memória do Brasil: a fundação de Salvador enquanto cidade que viria acolher a sede do poder; a transferência da Corte e o desenvolvimento arquitetónico e urbanístico, social e cultural associado à mudança que decorre na segunda capital, o Rio de Janeiro; a Independência política e as mais de seis décadas de Império; as alterações que acompanharam a duração da República Velha; e por fim, o Estado Novo e os “anos dourados” do governo Juscelino Kubitschek. São as conexões entre os atores com o mesmo objetivo - da mudança da capital -, neste amplo período de tempo que estão representadas (a,b,c,d,e). São estas conexões que irão permitir explicar as redes sociais cuja dimensão é ampliada com base na inserção de novos dados e registos.

Rede a: assegurar as fronteiras

A preocupação com a definição e defesa das fronteiras é uma constante na história do Brasil, recorrendo-se da diplomacia para a resolução de alguns impasses. D. João IV utilizou-se deste meio para resolver a questão territorial com os Países Baixos por meio do Padre Antonio Vieira. D. João V recorreu a Alexandre Gusmão (1695–1753) para o trabalho de demarcação de fronteiras, cujo desempenho esteve relacionado ao profundo interesse no conhecimento do território a ser colonizado. Gusmão procurou concretizar a política de D. João V para o Brasil de modo a “fortalecer os laços com a Colônia e redefini-la do ponto de vista político e territorial”

(CORTESÃO, 1983; FUNAG, 2009). Este autor viria a divulgar a atração de Gusmão pela “américa portuguesa” documentada em carta de 1743 onde descreve:

“queria ter o trabalho de escrever e riscar tudo quanto vir, e ainda escrever o mais que souber por pessoas fidedignas, do Terreno, Lagos, Rios Fontes, Frutas e Povos, com seus governos, trajas, costumes e religião: levanto porém a ponto fixo nos Terrenos, Lagos e Rios, e nas lagoas, das distâncias, e podendo ser, indo de par com a certeza da altura dos graus das mesmas Terras, Povoados, Lagos, Rios e Fontes, sem faltar à verdade de sua Descrição Geográfica e Histórica, executando deste trabalho todo o país que decorre do Rio de Janeiro até a cidade de Mariana”.

A definição das fronteiras pelo Tratado de Madrid, defendido por Gusmão dá-se no ano da morte de D. João V em 1750, é marcada por avanços e recuos. Sobe ao trono D. José I abrindo espaço para o futuro Marques de Pombal, com ideias e intervenções que marcariam profundamente o território brasileiro. O Marques de Pombal ocupa uma posição privilegiada na rede social, devido ao maior número de conexões com os demais atores. Foi diplomata de D. João V e Primeiro-Ministro de D. José I. A rede regista os vínculos entre 25 atores nos períodos relativos aos reinados de D. João III, D. João IV e D. João V, e ainda de D. José I e D. Maria I, abrangendo quase três séculos de história - a fundação de Salvador, as ideias de mudança para a colônia e as relações de poder, a favor (D. João V e D. José I) e contra (D. Maria I) o Marques de Pombal.

O elevado número de conexões de Pombal permite-lhe o acesso mais rápido às informações dispondo de elevada autonomia e conseqüentemente de menor dependência a outros atores na tomada de decisões. A sua elevada proximidade aos atores que giram na sua órbita regista uma maior capacidade de controlar o fluxo de informações existentes. As medidas tomadas relativamente à ocupação do território Norte – Grão Pará e Maranhão -, envolvendo o seu irmão Francisco Xavier Mendonça Furtado explicita as fortes relações de poder que detinha o Marques de Pombal seja em Lisboa após a reconstrução da cidade destruída em 1755, seja na fundação de vilas ao longo do Rio Amazonas, seja pelos levantamentos cartográficos que mandou realizar no interior central do território e levado a cabo por Ângelo Cardoso e Tosi Colombina (VIEIRA, SCHLLE e BORBA, 2010), seja ainda pelo empenho no desenvolvimento e embelezamento da cidade de Belém, por meio do arquiteto italiano Antonio Landi (MENDONÇA, 2003).

Outros dois atores se destacam na rede, já no reinado de D. Maria I: Joaquim Silvério dos Reis e Tiradentes. Integrantes de um período relevante da história da colônia - o movimento da *Inconfidência Mineira*. O grupo coeso com elevado número de ligações entre os seus atores defendia a mesma causa, a Independência, contando com o apoio de religiosos e intelectuais, como Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga entre outros. Denunciado por Joaquim Silvério dos Reis, Tiradentes (1746 –1792) será o protagonista deste

grupo histórico, relacionado também à mudança da capital para a cidade de São João Del Rei. Exemplo de uma estrutura fundamentada e resistente que se prolongou no tempo, como refere Braudel (1992).

Rede b: Colônia e Metrópole, acolhimento e distanciamento

Em 1808 a Corte transfere-se para o Brasil. Muitas melhorias decorreram desta decisão levada a cabo pelo Príncipe Regente, mais tarde D. João VI, Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1816-1826) nas mais diferentes frentes: administrativa, urbanística, arquitetônica, legislativa e etc. Nesta altura Veloso Oliveira, conselheiro do rei refere a interiorização, a Imprensa Régia de Lisboa publica um artigo do chefe de governo inglês William Pitt referindo a mudança da capital e Hipólito da Costa defende esta mudança no *Correio Brasiliense* publicado em Londres. O objectivo da mudança da capital do Brasil Império para o interior é ventilado a partir da Inglaterra e o eco a esta ideia se ouvirá por meio do eixo Rio de Janeiro/Lisboa: José Bonifácio de Andrada e Silva (1763 –1838) surge como a figura central e autor intelectual dos acontecimentos que levaram à proclamação da Independência por D. Pedro I. Do Brasil orienta os deputados paulistas nas Cortes Extraordinárias Constituintes de Lisboa em favor da nova localização da capital. Este será um dos pontos do projeto político de oposição a Portugal que Bonifácio traçara para a jovem Nação. A antiga colônia entra em confronto aberto com a metrópole (NOGUEIRA, 2008). Mais uma vez o poder tem o apoio de atores que se unem numa rede de parentesco – os irmãos Andradas. Igualmente com elevado grau de centralidade na rede, junta-se a eles Diogo Feijó (1784 – 1843) que apoiou a política de resistência a D. Pedro I sendo eleito Regente Único do Brasil (1835-1837). A Constituinte de 1823 é dissolvida e em 1824 é promulgada a Constituição Brasileira por D. Pedro I sem referências à mudança da capital. A omissão não é uma falha, mas uma manifestação do domínio português sobre um território que entretanto, deixaria de lhe pertencer. Portugal e Brasil estão de costas viradas.

Rede c: conhecer o território

Após a Independência é criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838). A sociedade brasileira buscava consolidar a formação cultural do país e que tinha o IHGB como “centro privilegiado de debates económicos, políticos e culturais” (BRANCO e MALACARNE, 2008). No poder encontrava-se D. Pedro II incentivador as ciências e das artes. No contexto político do Império, Francisco Varnhagen, futuro Visconde de Porto Seguro, desempenha um papel de grande relevância para história da transferência da capital. Nascido português e naturalizado brasileiro, tem um profundo conhecimento do interior do país e expõe a ideia de transferência da capital como modo de perpetuação de Portugal no Brasil. O embaixador apresenta o maior número de conexões na rede e grande proximidade com D. Pedro II, Tomás Almeida e Joaquim Paranaguá, e também com outros deputados que darão voz ao projeto político. Novamente será o Visconde de Porto Seguro (1877) a se manifestar por meio do relatório (Figura 3) apresentado *A Questão da Capital: marítima ou interior?*:

“Mas qual a cidade ou villa do sertão nos deve merecer a preferência? Em nossa opinião nenhuma. Para nós todas tem o vício da origem, proveniente de uma riqueza que já não possuem.

(...) Mas se, abandonando a idea de achar já feita e acabada a cidade que tanto nos convem, nos resolvermos a fundar uma, segundo as condicoens que se requerem a toda a capital de paiz civilizado hoje em dia, a verdadeira paragem para ella é a mesma natureza quem aponta, e de modo mui terminante... (...) É nessa paragem bastante central e elevada, donde partem tantas veias e artérias que vão circular por todo o corpo do Estado, que imaginamos estar o seu verdadeiro coração; é ahi que julgamos deve fizar-se a sede do governo” (1877: p.12 e 13).

Rede d: localizar no território a nova capital

A fasquia é elevada quando ainda este autor pressiona o parlamento do Império: “não temos coragem, nem força política, nem fé para legislar a mudança da capital?” (VISCONDE DE PORTO SEGURO, 1877: p.15). A questão terá resposta uma década depois, após a Proclamação da República. A mudança do cenário político ocorre de modo inesperado e conta ainda com o apoio de Rui Barbosa (1849–1923), o monárquico que redigiu a Carta da Constituição da República. Conta com Joaquim Paranaguá (1855-1926), defensor da transferência da capital federal do Rio de Janeiro para o interior do país, e autor do Projeto de Lei (1892) que autorizava o governo a demarcar as terras destinadas à futura capital federal. É neste contexto que o presidente Floriano Peixoto viria a criar em Maio de 1892, a comissão presidida por Luiz Cruls. Com grande capacidade de aproximação aos demais elementos, Paranaguá estabelece pontes entre dois grupos organizados em zonas distintas da rede: aqueles que se dedicaram ao levantamento e registo geográfico do país e aqueles voltados para a política e legislação. No século XX o Brasil comemora duas datas relevantes do seu passado histórico recente por meio de grandiosas exposições: em 1908, o Centenário da Abertura dos Portos, e em 1922 o Centenário da Independência. A última viria a se inaugurada por Epiácio Pessoa e encerrada por Artur Bernardes que assume o governo entre 1922 e 1926. Entre os dois presidentes está Carlos Sampaio, prefeito da cidade do Rio de Janeiro que promoveu intervenções proeminentes no desenho urbano da orla da cidade com o aterro do local onde viria a ser construída a exposição de 1922 a partir do desmonte do Morro do Castelo (KESSEL, 2001).

O cenário corresponde à rede constituída por outras quatro redes parciais - *a,b,c,d* - (Figura 4). Neste cenário a densidade média da rede atinge o nível mais baixo, isto é a relação entre o número de conexões existentes e número de conexões possíveis é baixo, só voltando a atingir níveis mais elevados, igualando-se aos valores das redes *a,b*, com a presença da rede *e*. O que importa nesta fase é salientar o grau de relevância que alguns atores atingem quando as quatro redes *a,b,c,d* são apresentadas como única. Estes atores que se destacam, tanto na análise individual das redes, como mantém o seu desempenho quando analisados dentro deste

conjunto mais alargado das redes *a,b,c,d*: o Marques de Pombal, José Bonifácio, Joaquim Paranaguá, D. Pedro II e Varnhagen têm graus de centralidade elevados, sinal de prestígio e influência política. Mas é D. João VI o elo de ligação entre redes, ou seja, a decisão do Príncipe Regente em transferir a Corte para o Brasil constitui uma conexão fundamental na continuação do percurso histórico.

Rede e: Brasília entre o “Estado Novo”, os “anos dourados” e a “ditadura militar”

Artur Bernardes viria a referir que o “Brasil acaba de comemorar com brilho o primeiro Centenário de sua Independência política, recebendo, por essa ocasião, as mais expressivas manifestações de amizade dos povos civilizados, reveladoras do prestígio que conquistou nas relações internacionais” (SOUZA, 2010: p. 19).

Um ator indispensável ao longo da história mas periférico na rede será Oswaldo Aranha (1894-1960) que foi Ministro das Relações Exteriores no período do Estado Novo (1937-1945), retornou ao Ministério da Fazenda no segundo Governo de Getúlio Vargas, e chefiou a delegação brasileira na ONU (1957) no governo de Juscelino Kubitschek. Ou seja, apesar de ter atuado em vários regimes políticos, a sua posição na rede enquanto elo obrigatório de passagem entre os demais atores é uma das alternativas possíveis, mas não única. É realizado novo estudo pela comissão e novo relatório como o de Polli Coelho (1949). A Comissão de Localização da Nova Capital Federal em inícios da década de 1950 viria a criar subcomissões técnicas com especialistas nas diversas áreas do conhecimento. A subcomissão urbanística era formada por Raul Penna Firme, Affonso Eduardo Reidy, Stélio de Moraes e Burtle Marx e mais tarde Roberto Lacombe. O “Memorial do Estudo” refere o nome de “Vera Cruz” para a “futura capital do Brasil” propondo para a execução do plano a vinda ao Rio de Janeiro de Le Corbusier como consultor do plano que entretanto mereceu já um esboço preliminar por parte da equipa. Um assunto ao qual é associado uma grande movimentação no parlamento é a escolha do nome da cidade, com insistência em “Vera Cruz”. O ponto final chega em 1957 ao definir “Brasília” como a opção (histórica) a manter.

Na linha dos factos históricos verifica-se que o ator mais bem posicionado na rede, ou seja aquele com maior número de conexões e acessos a outros atores é Juscelino Kubitschek. O político que vai estabelecer vínculos numa rede de confiança e amizade com Israel Pinheiro, Oscar Niemeyer, Lucio Costa e demais técnicos da Novacap. Juscelino Kubitschek vai fazer a ponte entre dois grupos de atores principais: os da Novacap e os do parlamento, destacando-se os deputados que irão formular leis que irão permitir a efetiva construção de Brasília como Emivaldo Caiado e San Tiago Dantas (Figura 5).

Grupos mais unidos dentro dos grupos de redes

A análise permite ainda verificar que o número de conexões vai sendo ampliado em função do agrupamento das redes individuais, mas ainda assim os valores apresentados são baixos. Entretanto a rede $f=a+b+c+d+e$ continua por destacar aqueles cuja relevância já se verificava das redes individuais *a,b,c,d,e*. Ou seja aqueles que detêm o poder nas redes isoladas, apresentam, no conjunto mais lato, o menor número de intermediários para chegar a outros atores estratégicos na rede e o maior número de alternativas. Consequentemente, contactos mais rápidos no acesso à informação que circula de modo acelerado. Identificar estas conexões alternativas permite identificar as relações indiretas, ou seja, com quais grupos de atores pretende interagir um

determinado ator. A Figura 6 apresenta a rede completa incluindo os atores que não estão conectados à rede mas que representam outros atores que atuaram para a concretização do objetivo de mudança da capital mas por iniciativa própria, na grande maioria, parlamentares (MULLER, URBANO e PARANAGUÀ, 1895).

Nos grupos identificam-se outros grupos de atores com relações mais estreitas, mais fortes entre si do que com os demais atores da rede, formando as *cliques*. São grupos coesos que têm objetivos comuns, fortalecidos por laços de confiança, como se verifica neste estudo. Curiosamente estas conexões são formadas maioritariamente por *triades*, ou seja, por grupos de três atores que estabelecem ligações recíprocas entre si. Neste estudo as *triades* têm um papel de reforço das relações e não de divisão do grupo como poderia ocorrer. Facto curioso é a manutenção das cliques ao longo do percurso histórico, ou seja, apesar da ampliação da rede os grupos mais unidos entre si irão manter as suas conexões ao longo do tempo, ou seja desde as redes individuais. São atores muito ativos na rede, cujas conexões lhe atribuíram papéis decisivos que se revelaram fundamentais neste processo.

Nas cliques constituídas por *D. Jose I, Marques de Pombal e Mendonça Furtado* e por *Marques de Pombal, Noronha da Costa e Tosi Colombina* assim como na clique *Marques de Pombal, Mendonça Furtado e Antonio Landi*, o poder atribuído ao Marques de Pombal é demonstrado por meio da aproximação do seu irmão e pelos encargos a ele confiados no Norte do território colonial. O investimento continua sob a responsabilidade de Noronha da Costa e o levantamento cartográfico elaborado sobre o interior do território e pelas intervenções de embelezamento da capital do Estado do Grão Pará e Maranhão, Belém. Tanto interesse e tantas intervenções sugerem a transferência da capital da colónia para esta capital de Estado.

A clique constituída por *D. João IV, Luis Cunha e D. João V* vai permitir a passagem de informações e decisões entre reinados. E já em meados do século XX, outra triade exerceria importância fundamental na formulação legislativa de suporte à transferência da capital - *Juscelino Kubitscheck, Emivaldo Caiado e San Tiago Dantas*. A presença de quatro atores na clique - *Juscelino Kubitscheck, Israel Pinheiro, Ernesto Silva e Oscar Niemeyer* – reforça o compromisso de construção da capital ao reunir vontade política e recursos humanos capazes e necessários para a empreitada.

A transferência da capital no tempo de longa duração

A mudança da cidade foi preparada com séculos de antecedência.

O processo de interiorização da capital encontrou no Brasil defensores que, de uma forma ou de outra, alimentaram o debate e mantiveram esta ideia acesa durante séculos. A análise considerou os debates no contexto social e político dos diferentes regimes políticos ao longo do tempo com base no estudo dos padrões de conexões entre os elementos que atuaram neste processo histórico. A reflexão sobre o tema consistiu em verificar o modo como os discursos e debates de cada época deram lugar a projetos e planos que culminaram na construção da capital. As fronteiras das redes sociais desenvolvidas foram definidas com base no interesse e na transmissão de informações que permitiram a concretização de objetivos por meio de intervenções que vão sendo assumidas pelo coletivo. Ou seja, o reatamento de conexões estabelecidas séculos atrás, representadas

nas redes iniciais – *a,b,c*, - espelham-se nas redes *d* e *e* por meio da atualidade dos discursos. Estes vínculos foram sendo transmitidos ao longo do tempo e perpetuaram-se por meio das ações dos seus protagonistas.

Neste cenário destacam-se os que apresentam o maior número de conexões e também aqueles que, sem ter muito destaque na organização exposta pela rede, desempenham a importante função de constituírem pontes ou elos entre diferentes grupos dentro da rede final. O elevado grau de centralidade apresentado pelo Marques de Pombal, José Bonifácio, Juscelino Kubitschek e por Israel Pinheiro evidenciam o poder que estes atores exerceram neste processo. O envolvimento do Marques de Pombal reflete-se nas decisões tomadas com séculos de diferença da inauguração de Brasília. E confrontando a história, o movimento que levou Tiradentes à morte, ocupa uma segunda linha neste processo. Na procura de fortalecimento da identidade nacional será a data de 21 de Abril a escolhida para a inauguração de Brasília, véspera da data que rememora o achamento das terras de “Vera Cruz” por Cabral. No terreno, a construção de Brasília redesenha novas centralidades, afirma-se numa nova linguagem urbanística e arquitetônica, e assume importância ímpar na formação da identidade nacional brasileira. Cidade capital, planejada e construída com base na monumentalidade, representa o culminar dos esforços de transferência da capital para o interior do território desabitado desde o período colonial.

A escolha do local já estava definida antes de Juscelino assumir a presidência. A arquitetura de Brasília já havia sido ‘testada’ na Pampulha por Niemeyer. Os vínculos profissionais com Ernesto Silva e Israel Pinheiro eram vínculos fundamentados em longa amizade, e conseqüentemente na confiança no cumprimento da tarefa. O caminho estava aberto e o contexto político adverso no Rio de Janeiro foi o “empurrão” final. Transpondo o contexto nacional o processo é marcado por duas posturas opostas: o rompimento com Portugal e a sua perpetuação por meio da nova capital. Uma leitura deste processo aponta para o equilíbrio da solução elaborada por Lucio Costa, fruto dos profundos estudos, levantamentos e registos realizados em Portugal que lhe permitiram associar ao traçado urbanístico de Brasília, apoiando-se na modernidade que requeria a capital da Nação.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Renata. *As cidades da Amazônia no século XVIII. Belém, Macapá e Mazagão*. Porto, FAUP Publicações, 1998.

BRANCO, Cristina e MALACARNE, Vilmar. “A Questão da Identidade Nacional Brasileira na Obra História Geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen: cultura e educação”. In: *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas, n.32, p.95-112, dez.2008.

BRAUDEL, Fernand. “História e ciências sociais: a longa duração”. In: *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1978, pp. 41-77.

_____. *Reflexões sobre a história*. São Paulo. Tradução de Eduardo Brandão. Martins Fontes, 1992.

CÂMARA DOS DEPUTADOS *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira (1789-1792)*. Minas Gerais, 1976.

CARVALHO, José Monteiro de, ?-1780. *Mapa dos confins do Brasil, com as terras da Coroa de Espanha na América Meridional* [Material cartográfico] / Ajud. e Engenheiro Iozé Monteiro de Carvalho. - Escala [ca. 1:8700000], 1752. - 1 mapa : ms., aguarelado ; 58,0x50,0 cm em folha de 59,6x51,0 cm <http://purl.pt/859>

CESAR, Thiago. *A Política Externa de D. João IV e o Padre Antonio Vieira: as negociações com os Países Baixos (1641-1648)*. Niterói, Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2011.

COELHO, Djalma Polli. *A propósito do parecer do relator da comissão especial da mudança da capital*. Rio de Janeiro, Diretoria do Serviço Geográfico do Exército, na Câmara dos Deputados, 1949.

CORTESÃO, J. *A expansão dos portugueses na história da civilização*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

FUNAG/ FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO *Bibliografias*, Brasília, 2009.

KESSEL, Carlos. *A Vitrine e o Espelho. O Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

MATOS, Madalena Cunha. & RAMOS, Tânia Beisl. "Recapturing the network". In *1st International Meeting EAHN - European Architectural History Network*, Book of Abstracts/CD of Papers, ISBN 978-989-95563-9-3/978-989-96163-2-5, Guimarães, 2010.

MENDONÇA, Isabel. Antonio José Landi (1713/1791). Um artista entre dois Continentes. Lisboa, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003.

MULLER, Lauro, GOUVÊIA, Urbano e PARANAGUÀ, Nogueira. *Declara federal o território demarcado no Planalto Central pela Comissão Exploratória, e dá outras providências*, nº60, 1895.

NOGUEIRA, Octaciano. *O Colosso que forjou uma Nação*. Brasília, Câmara dos Deputados, Plenarium, v.5, n.5, p. 254-279, 2008.

RAMOS, Tânia Beisl. "Registro da rede social dos projetistas do concurso do Plano Piloto para Brasília", in 9^o *Seminário Docomomo Brasil: Interdisciplinaridade e Experiências em Documentação e Preservação do Patrimônio recente*. Brasília, Anais em CD-ROM: ISBN 978-85-60762-04-0, Produção do Núcleo DOCOMOMO, 2011a.

_____. "Estado Novo e arquitetura. Redes sociais e patrimônio cultural moderno em Portugal e no Brasil", in *Revista Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo, CPC /USP*, n.12, maio 2011 / outubro 2011, ISSN 1980-4466. 2011b. Disponível em http://www.usp.br/cpc/v1/php/wf07_revista_capa.php

RAMOS, Tânia Beisl. & MATOS, Madalena Cunha. (2011) "Explorando a Análise de Redes Sociais. Planos urbanísticos e arquitetos modernos portugueses" in *Urban Morphology in Portugal: Approaches and Perspectives 1st Conference of the Portuguese Network of Urban Morphology*, Porto.

SCOTT, J. *Social Network Analysis*, Londres, Sage, 2000.

SOUZA, Izabela Medeiros de (Org.). *Discursos Selecionados do Presidente Artur Bernardes*, Brasília, Ministério das Relações Exteriores, Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

TEIXEIRA, Sônia Maria. "O desafio da gestão das redes políticas" in *VII Congresso Internacional Del CLAD sobre la Reforma Del Estado y Administracion Pública*, Lisboa, 2002, p. 1-24.

VIEIRA JÚNIOR, Wilson Carlos Jardim SCHLEE, Andrey Rosenthal e BARBO, Lenora de Castro. "Tosi Colombina, Autor do Primeiro Mapa da Capitania de Goiás?" In *História & História. Grupo de Pesquisa Arqueologia da UNICAMP*. ISSN 1807-1783, 2010. Acesso em Julho 2011. Disponível em <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:GOMcUk3kJEJ:www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm%3Ftb%3Dartigos%26id%3D128+tosi+colombina+barbo&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk>

VISCONDE DE PORTO SEGURO. *A Questão da Capital: marítima ou interior?* Viena D'Áustria, 'Edição por conta do autor', 1877. Biblioteca da Câmara dos Deputados, Brasília.

WASSERMAN, S., & FAUST, K. *Social Network Analysis: Methods and Applications*, Cambridge, Cambridge University Press, 1994.



Figura 1: Mapa com indicação da localização do Cabo de São Roque e a Colônia de Sacramento, e as duas capitais – Salvador e Rio de Janeiro. Fonte: CARVALHO, José Monteiro de. *Mapa dos confins do Brasil, com as terras da Coroa de Espanha na América Meridional*, 1752. <http://purl.pt/859>

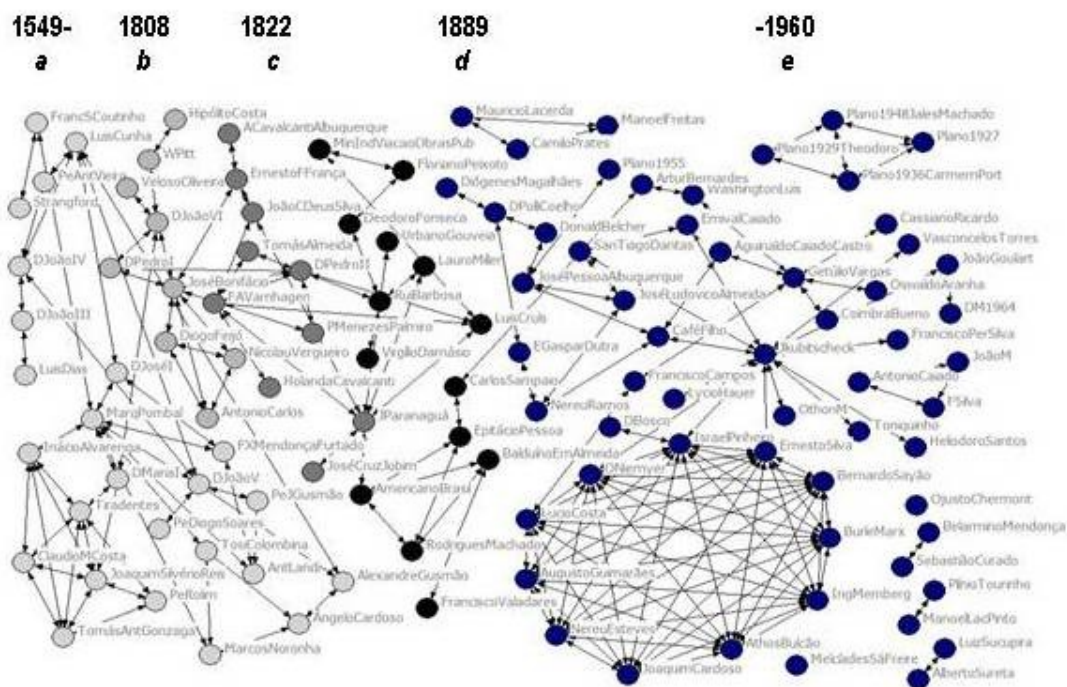


Figura 2: Rede social dos atores e conexões identificados no processo de mudança da capital.
 Fonte: elaborado pela autora para o artigo.

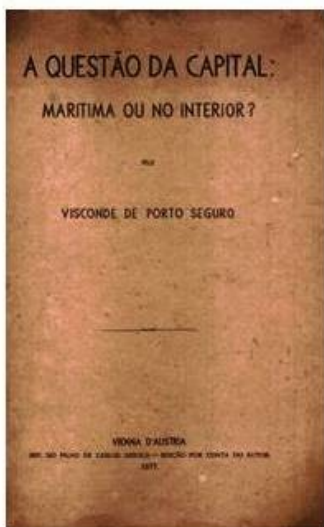


Figura 3: Capa do Relatório do Visconde de Porto Seguro em 1877; Capa do Relatório Cruls e fotografia da expedição em 1894. Fonte: Câmara dos Deputados, Brasília.

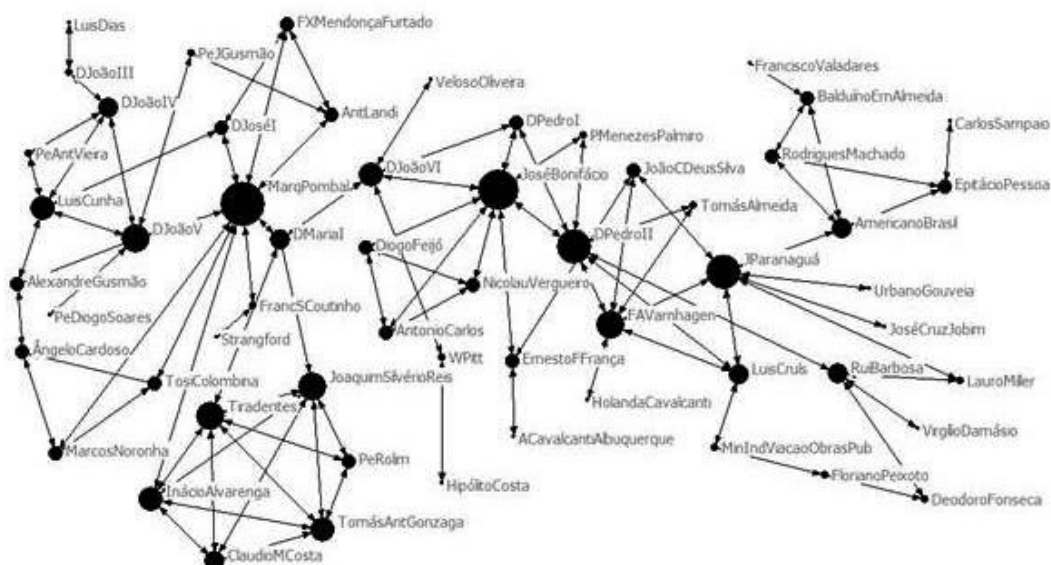


Figura 4: Rede social dos atores e conexões identificados no processo de mudança da capital.
Fonte: elaborado pela autora para o artigo.

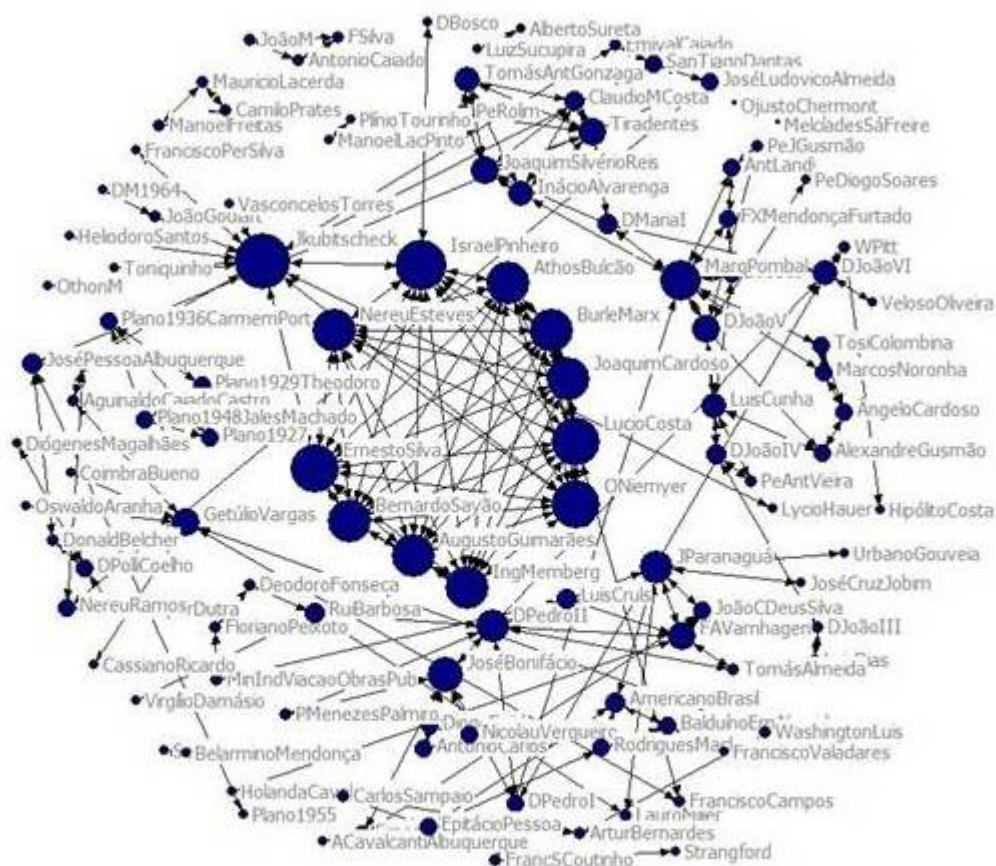


Figura 5: Rede social (f=a, b, c, d, e) dos atores e conexões do grau de centralidade.
Fonte: elaborado pela autora para o artigo.

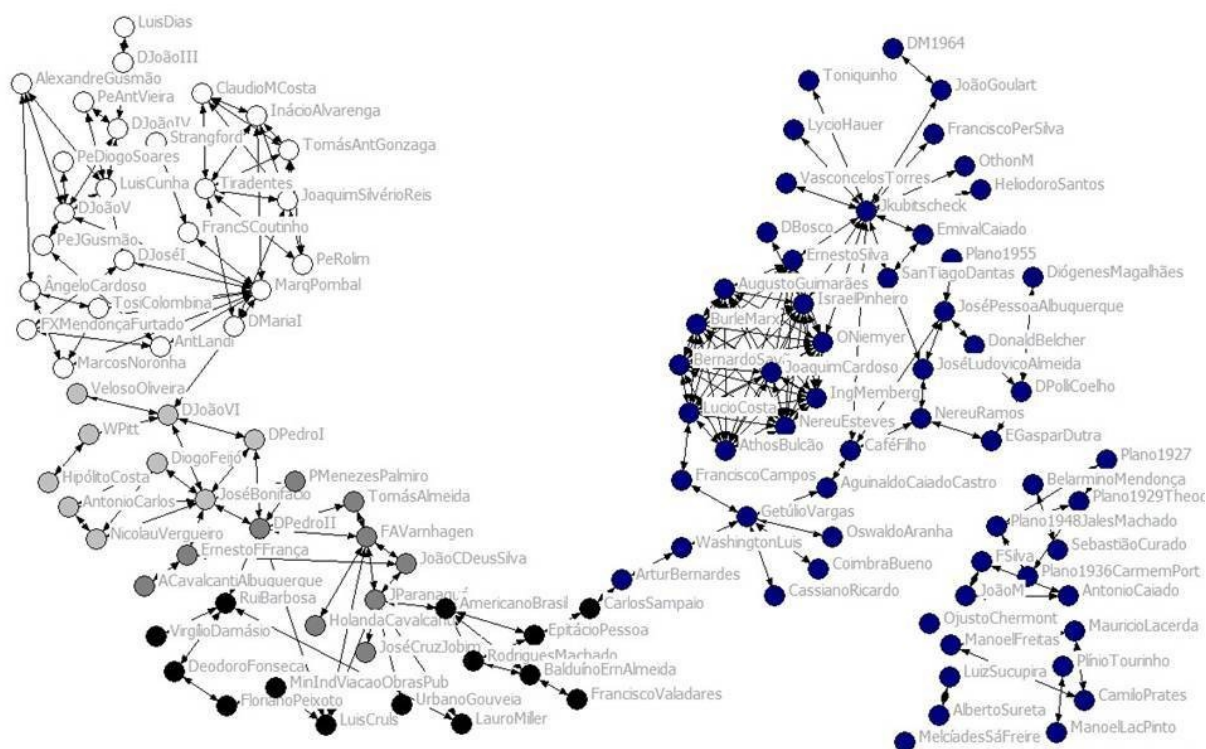
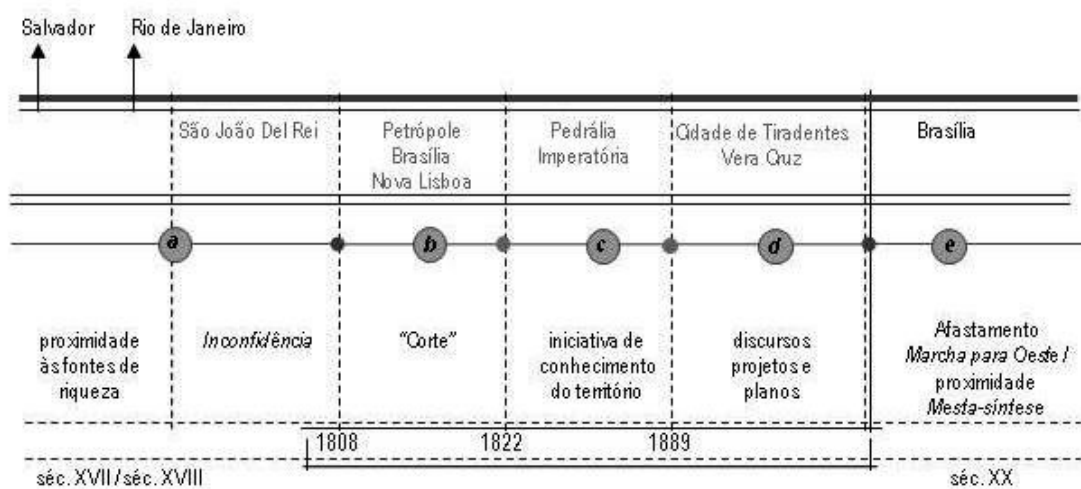


Figura 6: Rede social (f=a,b,c,d,e) dos atores isolados
Fonte: elaborado pela autora para o artigo.



Quadro 1: identificação dos períodos históricos e respectivas redes parcelares na consolidação da rede social de representação do processo de transferência da capital para o interior do Brasil.

Fonte: elaborado pela autora para o artigo.